

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA



Revista do Instituto Politécnico da Guarda

Edição especial comemorativa do 10º aniversário
da Escola Superior de Educação

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

Propriedade
Instituto Politécnico da Guarda

Director
Presidente do IPG

Redacção
Serviços Centrais do I.P.G.
Av. Dr. Francisco Sá Carneiro nº 50 * 6300 Guarda
Telef. (071) 220 111* Fax (071) 222690

Composição
Centro de Audiovisuais e Publicações

Execução Gráfica e Impressão
Secção de Reprografia do I.P.G.

Periodicidade
Semestral

Tiragem
1.000 ex.

Depósito Legal
nº 17.981/87

nº XX* Setembro de 1997

Edição especial comemorativa
do 10º aniversário da Escola Superior de Educação

Capa: Vista parcial do edifício da ESE

APRESENTAÇÃO

A Escola Superior de Educação da Guarda está a comemorar dez anos de existência com várias actividades culturais. Com esta idade, a E.S.E. tem uma vida ainda muito curta em comparação com os cerca de setecentos anos da prestigiada Universidade de Coimbra.

Esta efemeridade é ocasião para repensar o tempo passado que só existe enquanto presente e visionar o futuro que se quer já actual.

Com dez anos, a Escola tem forçosamente o sonho e a inquietação da sua juventude, procurando caminhos, alimentando esperanças, correspondendo às necessidades dos jovens ávidos de cultura e de progresso. Numa audácia prudente e numa inquietação apoiada, a Escola vai crescendo de modo persistente entre crises que para os jovens nunca são um fim, mas um eterno começo.

Este crescimento tem-se operado de modo quantitativo e qualitativo. Ao longo destes anos aumentou o número de alunos e logicamente de professores. A grande preocupação está na procura da qualidade do ensino, na motivação intelectual dos estudantes, na formação dos docentes, a que se pede um esforço continuado de actualização científica e pedagógica.

Nesta evolução procurou-se corresponder aos anseios dos jovens, às exigências do tempo, às necessidades das instituições económicas e sociais. Por estas razões a E.S.E., continuando a formar professores, voltou-se para o meio comercial e empresarial, criando alguns cursos de reconhecida utilidade pública. Nesta visão pragmática, os responsáveis nunca deixaram de conjugar o regional e o nacional, sem esquecer a experiência e a vitalidade de algumas instituições da vizinha Espanha.

Durante estes anos foram estabelecidas relações com outras escolas superiores, com evidentes benefícios para uma visão mais alargada e uma abertura a novos horizontes. Deste modo se vão consolidando as estruturas, criando uma melhor consciência das responsabilidades científicas e educativas.

Inserida na região da Guarda, a E.S.E. não pode esquecer as instituições culturais, sociais, económicas e tradicionais das

Beiras, transmitindo os seus valores e recriando a memória. Por outro lado está atenta às pessoas, valorizando a formação complementar e contínua em vários ramos do saber, com particular atenção aos professores da Guarda e regiões mais próximas. De todos os que trabalham nesta Escola, há que destacar os alunos, razão essencial de todas as preocupações e anseios. Eles vêm de todo o país para subir à Guarda, subindo durante alguns anos na cultura, na formação e numa esperança sustentada pelo esforço individual e colectivo.

Nesta Escola que está de certo modo ainda no começo de uma vida que se deseja longa, não se tem descurado a investigação científica de que há belos exemplos com trabalhos individuais de professores e de alunos. A testemunhar esta inquietação intelectual está sobretudo a Revista *Educação e Tecnologia* que se tem mantido com a valiosa colaboração dos docentes e uma impressionante regularidade.

Apesar de todas as dificuldades a Escola Superior de Educação da Guarda vai trilhando o seu caminho que, se faz ao caminhar, com uma esperança efervescente, ainda que oscilante.

José Júlio Esteves Pinheiro
Manuel Carvalho Prata
António M. Matoso Martinho

ESCOLA E IDEOLOGIA

A revista *Escola do Magistério Primário da Guarda (1961-1971)*

Manuel Alberto Carvalho Prata *

1. Escola, política e ideologia

Parece-nos ser relativamente pacífica a afirmação de que a Escola é uma realidade política. Como instituição, a Escola está integrada num sistema, sobre o qual um qualquer governo exerce um certo poder, quer pelas directrizes que emana, quer também pelo planeamento e financiamento que faz. Mas também porque a Escola educa, ela estabelece, promove e transmite valores. Também nesta perspectiva não há, como diz António Simões, "escolas neutras" ⁽¹⁾. É utópico, portanto, acreditar na independência da educação e da instrução, numa palavra, da Escola, relativamente à vida política de um país.

Em íntima conexão com a realidade política está o conceito de ideologia. Apesar das múltiplas vertentes que este conceito envolve ⁽²⁾, da noção de ideologia não podemos desligar objectivos de conquista do poder e de estratégias de reprodução. Por ideologia poderá

Revista "Educação e Tecnologia", Especial 10º. Aniversário da E.S.E., Agosto 1997.

* Professor Coordenador da ESE

(1) - António Simões, << Que é educar? Ainda a propósito do conceito de educação >>. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXIX-II, 1995, Coimbra, 1995, p. 19. Sobre esta questão podem ver-se, entre outros, Marie-Danielle Grau, *A Escola, realidade política. Introdução aos aspectos políticos da educação*, tradução de Eva de Góis e Carmona, Porto, 1974; Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Porto, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1978.

(2) - Sobre este assunto vejam-se, por exemplo, José Madureira Pinto, *Ideologias: inventário crítico de um conceito*, Lisboa, Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1978; Armando de Castro, <<Para a teoria das Ideologias >>. *Revista de História das Ideias*, vol. 8º.. Universidade de Coimbra, 1986, pp. 613-51.

entender-se “um sistema de representações e ideias, imagens, mitos, valores, práticas - que se procura impor, “convencendo”, e assim alcançar um espaço hegemónico, se não mesmo totalizador”⁽³⁾.

Existe realmente uma correlação estreita entre escola e política, entre escola e ideologia. A história comprova-nos isso mesmo. Os republicanos, por exemplo, acreditavam que o desenvolvimento e a modernização da sociedade passavam, fundamentalmente, pela implementação e pela divulgação de uma nova educação e uma nova instrução. Acusando a inquisição e os jesuítas como os primeiros responsáveis pela “obra mais infame e mais torpe que no mundo se tem feito sob o ponto de vista de educação social”⁽⁴⁾, decretam, constitucionalmente, não só o ensino como obrigatório, como também o declaram neutro em matéria de religião⁽⁵⁾. Era propósito dos homens da República criarem um homem novo para uma sociedade nova⁽⁶⁾.

Um outro exemplo poderá colher-se nos posicionamentos assumidos, ao longo dos tempos, pelos professores do ensino primário. No estudo que dedica a estas matérias, António Nóvoa não deixa de anotar que, com algumas excepções, “nous pouvons dire que les professeurs d'instruction primaire ont été *monarchistes* jusqu'en 1910, *républicains* de 1910 à 1926 et *nacionalistes* après 1926”⁽⁷⁾.

Tendo em consideração estes e outros exemplos que poderiam ser citados, podemos dizer que a Escola nos aparece como tributária de uma forma de poder e, como tal, ela própria a produzir e a reproduzir uma determinada ideologia.

Como já referimos, do conceito de ideologia não podemos separar estratégias de produção e reprodução. Estas questões têm muito a ver com uma outra - a questão editorial. É que, um dos meios de produzir e divulgar ideologia passa pela publicação de livros, jornais e revistas. No que à educação e ao ensino diz respeito são muitos os jornais e as revistas que instituições escolares publicaram e continuam ainda a publicar. Em obra de extraordinário préstimo, António Nóvoa⁽⁸⁾ dá-nos um repertório das publicações que, nesta matéria e ao longo dos séculos XIX e XX, se editaram em Portugal. Lá

(3) - Luis Reis Torgal, *História e Ideologia*, Coimbra, 1989, p. 21

(4) - João de Barros, *Educação Republicana*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1916, p. 133.

(5) - “O ensino ministrado nos estabelecimentos públicos e particulares fiscalizados pelo Estado será neutro em matéria religiosa”: “O ensino primário elementar será obrigatório e gratuito” (Artigo 3º, pontos 10º e 11º da Constituição de 21 de Agosto de 1911, *As Constituições Portuguesas*, Organização e introdução de Jorge Miranda, Lisboa, Livraria Petrony, 1976 p. 187)

(6) - Clr António Nóvoa, *Le Temps des Professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII - XX siècle)*, vol. II, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, pp. 528 e ss

(7) - *idem*, p. 611

(8) - *A Imprensa de Educação e Ensino. Repertório Analítico (Séculos XIX - XX)*, Direcção de António Nóvoa, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1993

está a revista *Escola do Magistério Primário da Guarda* que se publicou entre 1961 e 1971.

2. Breve reflexão sobre a ideologia salazarista

De entre todas as instituições, são as escolas as que melhor e de maneira mais marcante reflectem a correlação entre sociologia e ideologia cultural e política, a tal ponto que são elas o espelho o reflexo vivo da sociedade em que estão inseridas. Se isto é uma verdade em qualquer regime político, ela torna-se mais evidente em sociedades de partido único. Assim aconteceu, em Portugal, durante o governo de Salazar.

Mas porque a existência da revista *Escola do Magistério Primário da Guarda* se situa nesses tempos, mais concretamente na sua 4.^a fase de evolução ⁽⁹⁾, importa, antes de continuar, fazer uma brevíssima reflexão sobre a ideologia salazarista.

Ao entroncar as suas raízes em concepções da democracia cristã, do integralismo e até no próprio fascismo italiano ⁽¹⁰⁾, o Salazarismo aparece-nos como um compromisso entre as diversas correntes políticas de direita. Isto não significa que não tenham aderido outras forças. Fizeram-no alguns republicanos de direita, nomeadamente os inscritos na União Geral Republicana, tecnocratas apertadários e militares. Daí que no seu seio se encontrem, conforme refere Reis Torgal, "democratas cristãos, integralistas, fascistas e até demoliberais desiludidos ou oportunistas" ⁽¹¹⁾. Este compromisso que Salazar personifica e gere com extraordinária habilidade ⁽¹²⁾ tinha um projecto comum-rejeitar a demagogia e o liberalismo herdado da 1.^a República.

Convencido, por formação ⁽¹³⁾, de que o liberalismo e a democracia não serviam ⁽¹⁴⁾, porque ultrapassados e sem perspectiva

(9) - Braga da Cruz distingue no regime salazarista cinco fases: 1.^a - a Ditadura Militar (1926- -1933); 2.^a - A Construção do Estado Novo (1933-1945); 3.^a - A diversificação do regime (1945-1961); 4.^a - O endurecimento (1961-1968); 5.^a - A liberalização bloqueada (1968- -1974) (Cfr. Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, pp. 38-47).

(10) - Apesar de algumas semelhanças entre o fascismo italiano e o salazarismo, existem também profundas diferenças. Sobre este assunto veja-se, por exemplo, a síntese elaborada por Filomena Mónica (Maria Filomena Mónica, *ob. cit.*, pp. 94-105).

(11) - Luis Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 172.

(12) - Cfr. Jorge Campinos, *A Ditadura Militar 1926/1933*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, pp. 151 e ss.

(13) - Franco Nogueira, *Salazar A mocidade e os princípios (1889-1928)*, Estudo Biográfico, Porto, Livraria Civilização Editora, 1986; Armando d'Aguiar, *Oliveira Salazar. O homem e o ditador. A sua vida e a sua obra*, S. Paulo, Editora Nacional, 1934.

(14) - Identificando o liberalismo e a República com o caos, em discurso de 30 de Julho de 1930, Salazar afirmava: "Todos sabem de onde vimos - e todos sabem onde estamos... Demais sabemos nós e sabem eles que, a dar-se o desaparecimento da Ditadura pelo regresso ao

futura, Salazar faz a apologia de um Estado forte e interventor, de um Estado corporativo, o qual representaria, de maneira coerente e orgânica, os interesses económicos, sociais e morais de toda a população. Interpretando o sentir de todos, o Estado apresenta-se como uma força reguladora, como um instrumento de intervenção e cooperação ou, para usar as palavras do autor, como "um colaborador associado" ⁽¹⁵⁾, "um defensor e um arbitro" ⁽¹⁶⁾.

Profundamente influenciado pela doutrina social da Igreja, Salazar entendia que as diversas classes, à semelhança do que acontece com os diferentes órgãos do corpo humano, deviam cooperar entre si. Em termos políticos, isto significa não só um combate à posição socialista da luta de classes, mas também uma rejeição das estratégias políticas partidárias liberais. Reconhecendo ser a política dos partidos "uma política de mentira e de segredo" ⁽¹⁷⁾, não só os rejeita, como também os proíbe ⁽¹⁸⁾.

Salazar não acreditava que a sociedade pudesse, um dia, estar apta a governar-se a si mesma, porque, em seu entender, "os homens, os grupos, as classes vêem, observam as coisas, estudam os acontecimentos à luz do seu interesse" ⁽¹⁹⁾. Não aceitando que a noção de "bem comum" se pudesse identificar com a vontade da maioria e negando a origem democrática do poder ⁽²⁰⁾, a Nação só podia ser governada e dirigida por uma minoria que se colocaria acima dos interesses pessoais e partidários. No entanto, essa minoria devia

regime das facções, toda a obra de restauração, todas as possibilidades existentes seriam substituídas pelas causas anteriores de desorganização e de ruína agravadas na sua força destrutiva por indisciplina maior, por paixões exacerbadas, pelo aniquilamento das últimas resistências materiais e morais que pudessem opor-se a todos os desmandos e ate mesmo à subversão das condições de existência da própria sociedade" (Oliveira Salazar, *Discursos, 1928-1934*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora Lda, 1935, pp. 74 e 76) Mais peremptório, em 25 de Junho de 1942, aos microfones da Emissora Nacional, dizia "Se há facto demonstrado pela experiência, e que a democracia e o liberalismo se esgotaram no último século, e isso por duas razões que explicam a morte ou substituição dos regimes políticos e económicos: primeiro, esvaziarem-se do seu conteúdo ideológico, quer dizer, deixar de haver correspondência entre os princípios e os sentimentos dos homens que se diziam serví-los; segundo, não corresponderem as necessidades dos novos tempos" (Oliveira Salazar, *Discursos e notas políticas*, 2.ª edição, vol. III, 1938-1943, Coimbra, Coimbra Editora, 1959, p. 345)

(15) - *Discursos*, vol. I, p. 78

(16) - *Discursos*, vol. III, p. 369

(17) - *Discursos*, vol. I, p. 10

(18) - No acto de posse dos corpos directivos da União Nacional, em 23 de Novembro de 1932, Salazar, referindo-se aos partidos políticos, afirmava sem hesitações: "Os que concordam com o nosso programa fazem um acto patriótico declarando a sua concordância e trabalhando abertamente a nosso lado, os que não concordam... leva-los-emos pelo melhor modo possível a que não nos incomodem demasiadamente" (*Discursos*, vol. I, p. 176) Vejam-se também Jorge Campinos, *ob. cit.*, p. 191 e nota 2 e Maria Filomena Monica, *ob. cit.*, p. 88 e nota 22.

(19) - *Discursos*, vol. I, p. 260

(20) - *Clr. Franco Nogueira, ob. cit.*, p. 243

congregar-se à volta de um chefe, porque "só uma entidade, por dever e posição, tudo tem de ver à luz do interesse de todos"⁽²¹⁾. A legitimidade de quem governa está assim na prossecução do bem comum⁽²²⁾.

Rejeitando, como já dissemos, a existência de forças políticas partidárias, o apoio necessário ao seu projecto foi procurá-lo nas Forças Armadas que são nas palavras de António Ferro, "o andaime indispensável à construção da obra, à construção do Estado Novo"⁽²³⁾. É precisamente este posicionamento ideológico mais a tentativa de ultrapassar as divergências ideológicas no seio da Ditadura que nos ajudam a compreender a criação, em 1930, da União Nacional, mais tarde, Acção Nacional Popular, não como um partido, mas como "uma associação sem carácter de partido e independente do Estado, destinada a assegurar na ordem cívica... a realização e a defesa... das instituições em vigor"⁽²⁴⁾ ou, como diz Reis Torgal, "como um vector associativo de todo o esforço nacional galvanizado pela excelência do projecto comum"⁽²⁵⁾. Apoiada pelo Estado, a União Nacional respondia assim às organizações partidárias ainda existentes, ao mesmo tempo que se preparava, para assumir o espaço e o papel que os diversos partidos haviam tido na vigência da 1.^a República.

Em perfeita consonância com o conceito de Estado está o conceito de Nação. Esta já não é mais entendida, à boa maneira liberal, como um somatório de indivíduos. O conceito de Nação ganha agora uma outra e nova dimensão. Nas palavras de Jacques Ploncard d'Assac, um dos maiores admiradores de Salazar, por Nação entende-se "a essência indefinível da continuidade histórica dos Portugueses através dos séculos, como seu património material e moral"⁽²⁶⁾.

Falar em Pátria é fazer a apologia dos valores nacionais. Mas não de todos, porque, no contexto do Estado Novo, há que distinguir entre verdadeiros e falsos valores. Os verdadeiros são os que o Estado identifica com os usos e costumes ancestrais do povo português. Os falsos estão nas "desordens cada vez mais graves do individualismo,

[21] - *Discursos*, vol. I, p. 260

[22] - São de Salazar as seguintes palavras: "Temos obrigação de sacrificar tudo por todos; não devemos sacrificar nos todos por alguns" (*Idem*, p. 78)

[23] - Apud Jorge Campinos, *ob. cit.*, p. 172

[24] - *Idem*, p. 192. Sobre a União Nacional vejam-se: Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado...*, pp. 127 e ss e ainda a bibliografia que cita nas pp. 280-81; António Costa Pinto, <<As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional>>, *Análise Social*, volume XXVII, números 116-117, Lisboa, 1992, pp. 575-613 e Arlindo Manuel Caldeira, <<O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-34)>>, *Análise Social*, terceira série, vol. XXII, Lisboa, 1986, pp. 943-77

[25] - *Ob. cit.*, p. 172 Segundo António Costa Pinto, "a UN foi, ela própria, uma agência estatal de <<integração>> das elites locais e, ao mesmo tempo, sinónimo da <<desmobilização>> política promovida, em sentido lato, pelo salazarismo" (<<As elites políticas e a consolidação da salazarismo...>>, *Análise Social cit.*, p. 613

[26] - Apud Jorge Campinos, *ob. cit.*, p. 176

do socialismo e do parlamentarismo”⁽²⁷⁾. Daí a criação de uma barreira entre uma galeria de heróis e de santos e as figuras demoníacas de liberais e republicanos. É à volta daqueles e não destes que se regista a existência de um fervor patriótico e de um nacionalismo exacerbado. Este nacionalismo vivia-se nas escolas e estimulava-se em organizações como a Mocidade Portuguesa⁽²⁸⁾ e a Legião Portuguesa⁽²⁹⁾. Exaltar os feitos gloriosos dos portugueses, nomeadamente as suas potencialidades coloniais⁽³⁰⁾, foi sempre uma constante no discurso do poder. Contudo, no dizer de Reis Torgal, este nacionalismo “subia de tom nos períodos críticos, como na década de 40, no tempo da guerra, e depois da década de 60, com a guerra colonial”⁽³¹⁾.

Porém, ao contrário do que aconteceu na Itália e na Alemanha, este nacionalismo não foi acompanhado por um autoritarismo desenfreado. Isto não significa, contudo, que o Estado não fosse um Estado forte. Em discurso proferido em 30 de Julho de 1930, Salazar afirmava: “Deve o Estado ser tão forte que não precise de ser violento”⁽³²⁾. Esta pedagogia governativa visava, essencialmente, incutir nas massas um certo sentido de obediência e humildade. Ela é sobejamente evidente, por exemplo, nos livros de leitura do ensino primário, em frases como: “Obedece e saberás mandar” ou, então, “Na Família, o chefe é o Pai, na Escola, o chefe é o Mestre, no Estado, o chefe é o Governo”⁽³³⁾.

Este sentido de obediência e de passividade articulava-se com a apologia que o regime fazia da vida campestre, por oposição à vida citadina. Identificando esta com uma “civilização que precisa de ser corrigida”, porque “vicia o ar, cansa os sentidos, esgota os nervos, desequilibra as faculdades, força a máquina humana a exagerado rendimento psíquico, condena a uma intensidade de vida que custa a

(27) - *Discursos*, vol. I, p. 71

(28) - Sobre a Mocidade Portuguesa veja-se o artigo de Simon Kulin. <<A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude>>, *Análise Social* quarta série, vol. XXVIII, 3º, Lisboa, 1993, pp. 555-88. Veja-se também a bibliografia apontada por Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado...*, pp. 281-82 e ainda J. Salvador Sampaio, *O ensino Primário 1911-1969 Contribuição Monográfica*, vol. II, 2º, Período - 1926-1955, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência - Centro de Investigação Pedagógica, 1976, pp. 38-40

(29) - Luis Nuno Rodrigues. <<A gravidade da hora que passa!>>: a criação da Legião Portuguesa e em 1936>>, *Análise Social*, Quarta Série, vol. XXX, 1º, Lisboa, 1995, pp. 91-119. Veja-se também Braga da Cruz, *ob. cit.*, pp. 281-82.

(30) - Em 26 de Maio de 1934, na sessão inaugural do 1º Congresso da União Nacional Salazar dizia: “Entre as características dominantes do nosso nacionalismo e que bem o distinguem de todos os outros adoptados pelos regimes autoritários da Europa, está a potencialidade colonial dos portugueses, não improvisada em tempos recentes, mas radicada pelos séculos na alma da Nação” (*Discursos*, vol. I, p. 335).

(31) - *Ob. cit.*, p. 173

(32) - *Discursos*, vol. I, p. 81

(33) - Clr. J. Salvador Sampaio, *ob. cit.*, vol. II, p. 25

suportar, que custa a viver" ⁽³⁴⁾, o Salazarismo está a revelar a sua fraca apetência pelo desenvolvimento científico e industrial. Este seu posicionamento emerge, naturalmente, do receio que o próprio regime tinha da constituição de um proletariado que, pela sua própria natureza, indole e história, é reivindicativo e contestário.

Aos males e aos vícios da cidade opõe o regime a mansidão, a paz e a tranquilidade da vida no campo. Evocando as suas origens, é o próprio Salazar quem lamenta, referindo-se ao povo de Lisboa: "Que pena me fazem a mim, filho do campo, criado ao murmúrio das águas de rega e à sombra dos arvoredos, que esta gente de Lisboa passe as horas e dias de repouso acotovelando-se tristemente pelas ruas estreitas, e não tenha um grande parque, sem luxo, de relvados frescos e árvores copadas, onde brinque, ria, jogue, tome o ar puro e verdadeiramente se divirta em íntimo convívio com a natureza!" ⁽³⁵⁾.

Se, no contexto de uma ideologia do regime, estas premissas são importantes, elas saiem reforçadas com a aliança de uma mensagem católica, não de católicos progressistas ⁽³⁶⁾, mas de tipo integralista. Dai o lema do Estado Novo - Deus, Pátria e Família. O peso e o papel que a Igreja passou a desempenhar na vida social e política dos portugueses está bem expresso na alteração que se fez ao parágrafo 3º. do Artigo 43º. da Constituição de 11 de Abril de 1933. Se a redacção inicial era que "o ensino ministrado pelo Estado é independente de qualquer culto religioso, não o devendo, porém, hostilizar, e visa, além do revigoramento físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes cívicas e morais" ⁽³⁷⁾, com a Lei nº. 1910, de 13 de Maio de 1935, passou a ler-se o seguinte: "O ensino ministrado pelo Estado visa, além do revigoramento físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, a formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes morais e cívicas, orientadas aquelas pelos princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais no País" ⁽³⁸⁾.

Eis, em síntese, alguns dos tópicos fundamentais da ideologia salazarista, ideologia esta que o regime procurou reproduzir pelos mais diversos meios.

(34) - *Discursos*, vol I, p. 269

(35) - *Idem*, pp. 270-71. Foi no contexto desta filosofia, isto é, de subtrair a juventude à cidade que o Estado Novo procedeu à construção do Estádio Nacional. Foi Salazar quem o disse, em 3 de Dezembro de 1933. "É porque a primeira de todas e a construção do Estádio Nacional, regozijemo-nos, porque teremos em breve o Estado Nacional!" (*Idem*, p. 271).

(36) - Sobre esta problemática veja-se José Barreto. <<Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar>>. *Análise Social*, quarta série, vol XXIX-1º e 2º. Lisboa, 1994, pp. 287-317.

(37) - *As Constituições Portuguesas* cit., p. 233.

(38) - Cfr. J. Salvado Sampalo, *ob. cit.*, p. 50. Era este o texto constitucional que estava em vigor, quando se deu a Revolução do 25 de Abril de 1974 (Cfr. *As Constituições Portuguesas* cit., p. 298).

3. A revista *Escola do Magistério Primário da Guarda* - -Apresentação

À semelhança do que aconteceu em muitas outras instituições congêneres, também a *Escola do Magistério Primário da Guarda* publicou, entre 1961 e 1971, uma revista. Porém, ao contrário de outras escolas, que adoptaram, para títulos das suas publicações, os nomes mais diversos, embora todos eles mais ou menos consentâneos com o mundo educativo^[39], a *Escola da Guarda* escolheu para título da sua revista o nome da própria instituição - *Escola do Magistério Primário da Guarda*.

Porquê o aparecimento desta revista e qual a razão deste nome e não de outro? Por mera ostentação? Cremos que não. Aliás, é o próprio director da revista, Armando Saraiva de Melo, que é também o Director da Escola, quem repudia essa extravagância, ao afirmar: "Não temos preocupações de exibicionismo"^[40].

Diga-se, desde já, que, de uma maneira geral, o aparecimento de um jornal ou uma revista no seio de uma comunidade pode explicar-se por duas ordens fundamentais de razões. A primeira está ligada ao fenómeno que Clara Rocha classifica de "sociologia da criação, e tem a ver com a afirmação dum grupo, geração, tendência ou vanguarda"^[41]. A segunda "é o domínio da sociologia da recepção, e diz respeito ao preenchimento duma "lacuna", à satisfação duma necessidade... ou ao desejo de criar um espaço de divulgação"^[42]. Criar este espaço de divulgação foi precisamente o que pretendeu Armando Saraiva de Melo. São dele as seguintes palavras: "Pretendemos, sim, dar testemunho, testemunho dos princípios que defendemos na teoria e concretizamos na prática..."^[43].

Apesar de concebida, desde algum tempo, na mente do seu director, *Escola do Magistério Primário da Guarda* surge, também e em parte, de um modo ocasional, porque "aconteceu... que, posta a ideia a professores e alunos, mereceu-lhes tal apoio que nos decidimos à sua publicação... e tudo se conseguiu no curto espaço de 5 semanas"^[44].

[39] Citamos, a título de exemplo, as seguintes: A. B. C. - Publicação mensal dos alunos da Escola do Magistério Primário de Vila Real; *Ação Educativa* - dos alunos da Escola do Magistério Primário de Viseu; *Esperança* - dos alunos mestres da Escola do Magistério Primário de Bragança

[40] *Escola do Magistério Primário da Guarda*, 1959-1961, Ano I, Gouveia, Gráfica de Gouveia, 1961, p. 9

[41] Clara Rocha, *Revistas literárias do século XX em Portugal*, Vila da Maia, Gráfica Maladouro, 1985, p. 33

[42] *Idem*, p. 33

[43] *Escola do Magistério Primário da Guarda*, Ano I, p. 9

[44] *Idem*, p. 9

Porquê a razão do nome escolhido? Cremos tratar-se, essencialmente, de uma questão de afirmação e de projecção da própria Escola e dos professores que ela formava. Teremos que reconhecer que, a ser assim, nada melhor que a publicação ostentar o nome da própria Escola. Na nota de apresentação intitulada <<A Começar>>, Armando Saraiva de Melo diz-nos que "esta publicação... pretende ser a própria Escola, em retalhos de vida a testemunhar todo um conjunto de actividades", para logo acrescentar que "a obra é dos alunos e para os alunos, em especial dos finalistas e para os finalistas, como testemunho de presença desta Escola, e acompanhá-los no rumo ao futuro, no rumo à sua Escola" ⁽⁴⁵⁾.

Para além das palavras, a comprovar ainda a ideia de afirmação estão, também, a sua estrutura e concepção. Não se pense que esta revista se limita a fazer um balanço puro e simples das actividades desenvolvidas na Escola e pela Escola. Ela vai bem mais longe. Se é verdade que em alguns dos seus números se ocupam páginas para se descreverem ou ilustrarem as actividades efectuadas ⁽⁴⁶⁾, as experiências pedagógicas levadas a cabo ⁽⁴⁷⁾, as visitas de estudo realizadas ⁽⁴⁸⁾, os intercâmbios culturais com outras instituições ⁽⁴⁹⁾ e até as visitas que entidades oficiais fizeram à cidade e à Escola ⁽⁵⁰⁾, teremos também de dizer que é relativamente extensa a variedade dos artigos publicados.

Na análise que fizeram a esta revista, António Nóvoa e a sua equipa ⁽⁵¹⁾ classificaram em três grandes grupos os textos produzidos. Num primeiro grupo, englobaram os artigos que dizem respeito à dimensão social e educativa do professor; num segundo, os que se relacionam com a criança, a escola e a educação em geral e,

(45) - *Ibidem*

(46) - Citamos, por exemplo, os textos escritos por Manuel Lourenço, <<As Comemorações, Henriquinas na Escola do Magistério Primário da Guarda>> e <<Exposição Henriquina das Escolas de Aplicação Anexas à Escola do Magistério Primário da Guarda>>, *Escola do Magistério ...* Ano I, pp. 64-68

(47) - Vejam-se, entre outras, as seguintes: de Maria de Fátima Lamelas, <<A Dramatização na Escola Primária>>, *Escola do Magistério ...* Ano IX, 1971, pp. 45-46; de Olimpia Preto, <<Visitando o Museu Regional>>, *Escola do Magistério...*, Ano I, p. 39 e de Maria Celeste Artiaga Barretos, <<Uma visita à Sé>>, *Idem*, pp. 34-35.

(48) - Cfr. <<Os "Finalistas" das Anexas em Almeida>>, *Escola do Magistério...* ano V, 1965, p. 28

(49) - Vejam-se, por exemplo, <<Entre Escolas. Imagens da visita da Escola de Viseu à nossa Escola>>, *Escola do Magistério ...* Ano II, 1962, p. 11; <<A Escola do Magistério Primário de Bragança visita a Escola do Magistério P. da Guarda>>, *Escola do Magistério ...* Ano VII, 1967, p. 27 e <<Salvê, Escola de Valladolid!>>, *Idem*, p. 45

(50) - <<Sua Ex^a o Senhor Dr. Baltazar Rebelo de Sousa, Ilustre Subsecretário de Estado da Educação Nacional, visita a nossa Escola>>, *Escola do Magistério...* Ano I, pp. 46-47; <<Sua Excelência o Sr. Dr. Carlos Eduardo Bastos de Soveral, Ilustre Subsecretário de Estado da Educação Nacional, visita a nossa escola. Palavras e Imagens>>, *Escola do Magistério ...* Ano II, p. 72-80.

(51) - *A Imprensa de Educação e Ensino ...*, pp. 380-81

finalmente, num terceiro, as matérias sobre ensino, pedagogia e didáctica. É esta própria variedade, acompanhada com notícias várias sobre a Escola (nome dos alunos, professores, funcionários, composição dos júris de exames, escolas anexas, etc.) que, em nosso entender, fazem desta publicação uma revista relativamente interessante, embora não muito rica em conteúdos.

Quanto à sua concepção, *Escola do Magistério Primário da Guarda* não obedece a modelos convencionais. Ela própria definiu o seu. Sob o ponto de vista de composição e apresentação gráfica preferiu o texto em colunas, geralmente duas por página; as capas são coloridas, normalmente duas a três cores, diferentes de número para número e ilustradas. Para além do nome e ano da revista, geralmente em cor negra, as capas ostentam motivos ligados à educação: crianças brincando na Escola ou a ir para a Escola, a visitarem monumentos históricos da cidade (tudo a querer transmitir a ideia de que se aprende brincando e observando), artigos escolares e alunos em récita de finalistas.

Também o quantitativo de páginas varia de número para número. O número mais pequeno é o do ano VIII - 1968, com 50 páginas, e o maior é o do ano III - 1963, com 94. Mas ao contrário do que é normal em revistas de instituições, quase todos os números contêm ilustrações várias, algumas a cores, sejam elas desenhos ou documentos fotográficos. Daí que António Nóvoa tivesse dito que esta revista foi "concebida em forma de álbum" ⁽⁵²⁾.

Feita por alunos e professores, esta revista tinha uma periodicidade anual. Destinando-se, conforme já foi referido, aos alunos finalistas, razão pela qual todos os números têm, nas páginas centrais, uma fotografia de família (professores e alunos finalistas), a sua saída coincidia com o fim do ano lectivo.

Como já dissemos, *Escola do Magistério Primário da Guarda* é uma publicação da própria instituição e, por isso, o seu responsável máximo era o director da Escola. Em termos ideológicos, isto poderá querer dizer alguma fiscalização sobre os artigos publicados ⁽⁵³⁾. Em termos financeiros, significará que, à partida, era a própria Escola quem financiava a sua publicação. Daí o facto de nas suas páginas, ao contrário do que costuma acontecer com outras publicações, sobretudo estudantis ⁽⁵⁴⁾, não aparecer qualquer referência publicitária, oferta de assinaturas e a indicação de um preço de venda

(52) - *Item*, p. 381

(53) - Com a intenção de se fazerem respeitar as hierarquias, o Decreto nº. 20.889, de 12 de Fevereiro de 1932, proíbe que se publicassem artigos em jornais ou revistas de instituições dependentes do Ministério da Instrução, sem uma prévia vistoria por parte dos directores dos estabelecimentos de ensino (Cfr. J. Salvado Sampato, *ob. cit.*, p. 24).

(54) - Para não sairmos da Guarda, citamos o caso do jornal estudantil *O Normalista* (1912), cuja última página era ocupada com publicidade.

ao público. Estas constatações podem querer dizer que, em princípio, a revista podia ser distribuída, gratuitamente, a alunos, professores e funcionários mais interessados. Também não enjeitamos a hipótese de que pudesse ser vendida, internamente, a um preço módico. Sabemos que, às vezes, constituía motivo de oferta, sobretudo quando alguma outra Escola visitava a da Guarda ⁽⁵⁵⁾. Desconhecemos, todavia, se estabelecia permutas com publicações de outras instituições. É natural que não, uma vez que, ao longo dos seus nove números, não existe qualquer referência a este tipo de intercâmbio cultural. Dado este facto e ainda as circunstâncias de não ser objecto de venda ao público e não poder ser assinada, somos de opinião que esta revista devia circular apenas internamente.

Embora se desconheça, porque a revista não o diz, qual o número exacto de exemplares por tiragem, não custará muito a admitir que ele se possa situar entre os 350-400 ⁽⁵⁶⁾.

A colecção completa desta revista compõe-se de nove números. Os primeiros oito foram publicados ininterruptamente. Por motivos que desconhecemos, não se publicou nos anos de 1969 e 1970. O último número foi publicado em 1971.

4. Produção e reprodução de ideologia

Sendo o Estado Novo defensor de uma ideologia com "acentuação caracteristicamente unitária" ⁽⁵⁷⁾, procurou não só impô-la, mas sobretudo reproduzi-la. Fê-lo através de um aparelho ideológico bem montado e bem organizado, utilizando os mais diversos meios e estratégias. Entre esses meios contam-se, para além das publicações oficiais, isto é, as saídas do próprio aparelho do Estado como, por exemplo, *A Escola Portuguesa*, publicação da Direcção Geral do Ensino Primário, e das séries temáticas que

(55) - Foram oferecidos alguns exemplares da revista a alunos da Escola do Magistério Primário de Santarém (Cfr. *Escola do Magistério...* Ano III, 1963, p. 39).

(56) - Estes quantitativos foram calculados, grosso modo, tendo em conta o número médio de alunos, ao longo dos anos, o número de funcionários e de professores (da Escola e Anexas). Não custará muito a admitir que aqueles quantitativos possam subir até ao meio milhão. A explicação para esta hipótese reside em duas ordens de razões: a primeira, de carácter económico-financeiro, poderá ter a ver com uma tiragem mínima obrigatória por parte da Tipografia; a segunda, porque não podemos esquecer que alguns exemplares teriam que ser enviados para bibliotecas públicas, nomeadamente, para a Biblioteca Nacional, Universidade de Coimbra, Pública do Porto e Evora.

(57) - Luis Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 172

integravam o Plano de Educação Popular ⁽⁵⁸⁾, as levadas a cabo por instituições escolares, nomeadamente pelas Escolas do Magistério Primário. Estas publicações revestiam-se de grande importância, na medida em que, feitas, geralmente, por professores e alunos, nas instituições, e dirigidas, em alguns casos, pelo próprio director da Escola ⁽⁵⁹⁾, contribuíam de uma maneira directa e ao vivo para a construção de uma determinada mentalidade que visava fortalecer as convicções dos alunos mais próximos e converter os mais renitentes.

Como publicação institucional que é, a revista *Escola do Magistério Primário da Guarda* afirma-se como um bom exemplo nesta matéria. Quem o diz é o seu director, pessoa que tinha plena consciência da importância que estas escolas deviam assumir na formação dos seus alunos, futuros professores, no contexto nacional. Em discurso proferido perante o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Carlos Eduardo Soveral, em 1962, numa visita que este efectuou à Escola do Magistério da Guarda, Armando Saraiva de Melo não deixava de alertar para a necessidade que havia em tomar medidas, em implementar reformas, porque, em seu entender, as Escolas do Magistério eram "estabelecimentos pedagógicos que estão na base da formação ideológica dos futuros mentores e formadores da alma e da inteligência da infância de Portugal" ⁽⁶⁰⁾.

Os homens do Estado Novo reconheciam que "a Revolução Nacional tem de fazer-se na escola primária... pela completa actualização e subordinação das instituições escolares com a Nação" ⁽⁶¹⁾. Assim sendo, era inevitável que, numa publicação como *Escola do Magistério Primário da Guarda*, não se viessem a encontrar alguns dos traços mais característicos da ideologia do regime.

5. O culto da imagem

"*Nada contra a Nação, tudo pela Nação*" ⁽⁶²⁾ foi o lema básico do Salazarismo. Segundo a ideologia do regime, aceitar este princípio significava não só rejeitar qualquer filiação partidária, mas

(58) *Idem*, pp. 175-76 e ainda J. Salvado, *ob. cit.*, pp. 114-18.

(59) Recordamos que os lugares de director das Escolas do Magistério eram de nomeação ministerial. Veja-se a nota 53.

(60) *Escola do Magistério...* Ano II, p. 77.

(61) Circular da Direcção Geral do Ensino Primário, de 28 de Maio de 1935 (*Educação Nacional*, Ano XXXIII, n.º 18, de 30 de Junho de 1935). Em discurso proferido perante estudantes, em 28 de Janeiro de 1933, já Salazar havia dito: "Nos não compreenderíamos - nós não poderíamos consentir - que a escola portuguesa fosse neutra neste pleito e ultrapassaria todos os limites que, velada ou claramente, por actos positivos ou por omissões dos seus deveres, ela trabalhasse contra Portugal e ajudasse os inimigos da nossa civilização" (*Discursos*, vol. I, p. 309).

(62) *Idem*, p. 34.

sobretudo aderir à nova ordem de política nacional, onde o Estado era o grande intérprete do interesse colectivo. Daí a importância, no dizer de Salazar, em que se “integre a Nação, toda a Nação, no Estado”⁽⁶³⁾. A adesão a este novo projecto passava, indubitavelmente, pela aceitação e apoio a uma ideologia que pode apresentar-se nas mais diversas matrizes. Uma delas é o culto da imagem. A presença dos retratos do Presidente da República e de Oliveira Salazar, nas salas de aula das escolas primárias, são bem a prova disso.

Como revista escolar que é e, porque a revolução nacional tinha de fazer-se na escola, *Escola do Magistério Primário da Guarda* não foi alheia a esta estratégia ideológica. Aliás, diga-se que a cultivou relativamente bem e até com alguma intensidade. A prova está que nos nove números que compõem a sua colecção, apenas um (nº. VI) não reproduz imagens de figuras ou personalidades do regime. Mas, se em alguns números as imagens podem, por este ou aquele motivo, passar despercebidas⁽⁶⁴⁾, elas saem reforçadas em termos de pensamento, sobretudo quando se citam determinados nomes. Em artigo intitulado <<Sem esforço não há grandeza>>, Manuel Cabral não deixa de invocar o nome de Salazar, quando escreve: “É que, se o trabalho pertence àquele que o produz, se é propriedade individual, ele é também uma exigência da sociedade humana (Salazar)”⁽⁶⁵⁾.

Já em outros números, o culto da imagem de figuras do regime é mais claro e mais explícito e, com elas, o apoio incontestável à nova ordem. Com o título significativo de <<A Nossa Homenagem>>, logo no primeiro número, a seguir à nota de abertura, nos aparecem fotografias de membros do Governo (Manuel Lopes de Almeida e Carlos Eduardo Soveral, novo Ministro e Subsecretário de Estado da Educação Nacional), a quem é oferecida a “mais leal e devotada colaboração”⁽⁶⁶⁾ e ainda do Prof. Francisco de Paula Leite Pinto e Baltazar Rebelo de Sousa, Ministro e Subsecretário cessantes, a quem

(63) - *Idem*, p. 65

(64) - Veja-se *Escola do Magistério* ... Ano V, p. 13 e pp. 38 e 39

(65) - *Idem*, p. 16. Segundo eremos, o texto que acabamos de citar não corresponde exactamente ao original. Manuel Cabral preocupou-se, certamente, mais com o nome e com a ideia do que propriamente com a exactidão das palavras. Daí o facto de não ter usado as respectivas aspas, ao contrário do que fez com outros autores que cita, como, por exemplo, Lacordaire. Porque a fideia e a mesma, o texto exacto poderia ser o seguinte: “ quem fornece o trabalho é o trabalhador . o trabalho é um dever social” (*Discursos*, vol. I, pp. 196-97)

(66) - *Escola do Magistério*... Ano I, p. 11. Remetemos também o leitor para o nº. II da revista, pp. 72-80, onde se faz uma reportagem da visita que Carlos Eduardo Soveral efectuou à Escola do Magistério da Guarda. No texto que acompanha os documentos fotograficos pode ler-se: “Assim se vai unindo a *família portuguesa* a volta dos seus *chefes*, assim se vai operando o ressurgir maravilhoso desta *ditosa pátria* que todos devemos estremecer” (*Escola do Magistério* ... Ano II, 1962, p. 72). (O itálico da palavra *chefes* e nosso). No discurso que proferiu José Manso do Inácio, em nome dos alunos do 1º. ano, disse: “Confiamos no futuro. Não receamos dias sombrios enquanto homens da estirpe moral e tacto político como Salazar, forem ao leme da barca portuguesa” (*Idem*, p. 78)

se reconhece "a resolução de um grande número de problemas que de há muito reclamavam solução"⁽⁶⁷⁾.

Ainda neste número e no artigo intitulado <<Exposição Henriquina das Escolas de Aplicação Anexas à Escola do Magistério Primário da Guarda>>, nos aparece uma fotografia com o mapa-mundo (alusão clara à presença de Portugal no mundo) e sobre ele os retratos de Américo Tomás, Oliveira Salazar e Infante D. Henrique e com a seguinte legenda: "Três grandes portugueses a encimar Portugal de ontem e de hoje, que serve de fundo aos símbolos da Pátria"⁽⁶⁸⁾.

Também no número quatro se reproduz uma fotografia do então Presidente da República, Contra-Almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás, que estava a efectuar uma visita à cidade da Guarda. Coincidindo esta visita oficial com a publicação da revista, num claro sentido de oportunidade, não só se fez oferta deste número ao Presidente da República⁽⁶⁹⁾, como também não se deixou escapar o momento para uma reafirmação de patriotismo e se diz, mais uma vez, presente. Daí que a abertura deste número da revista comece com os seguintes dizeres: "O presente número da nossa Revista vem à luz do dia sob o signo da alegria, do júbilo, do entusiasmo e fervor patriótico", para logo de seguida se acrescentar: "O mais alto magistrado da Nação visita oficialmente a mais alta cidade de Portugal. A Escola do Magistério esteve presente. Presença integral: professores, alunos, funcionários, crianças das escolas de aplicação anexas com os seus mestres, num total de um milhar de pessoas"⁽⁷⁰⁾.

Mas não foram só estas personalidades do regime que passaram pelas páginas da revista. Também Inocêncio Galvão Teles e Carlos Alberto de Brito, quando, em 1963, tomaram conta do Ministério da Educação Nacional, tiveram honras de primeira página, como, mais tarde, José Veiga Simão, Manuel José Castro Petrony de Abreu Faro e Augusto de Ataíde Soares de Albergaria, respectivamente, Ministro e Subsecretários de Estado da Administração Escolar, Juventude e Desportos.

Mas se relativamente aos primeiros, para além da apresentação dos seus retratos, *Escola do Magistério Primário da Guarda* testemunha, em texto intitulado <<A Nossa Homenagem>>, que "sempre... nas horas difíceis, surgiram os Homens grandes"⁽⁷¹⁾, já quanto aos últimos há uma relativa modéstia. Sem qualquer texto a

(67) - *Escola do Magistério...* Ano I, p. 11. Vejam-se também as pp. 46-47 e 66-68, onde se documenta uma visita que Baltazar Rebelo de Sousa fez à Escola do Magistério.

(68) - *Ibidem*, p. 66

(69) - "Como preito de homenagem de que pedimos desculpa, desejamos oferecer o presente número da nossa Revista a Sua Excelência o Presidente da República..." (*Escola do Magistério...* Ano IV, 1964, p. 9).

(70) - *Ibidem*, p. 9

(71) - *Escola do Magistério...* Ano III, 1963, p. 9

acompanhar, ao contrário do que vinha sendo hábito em circunstâncias idênticas ⁽⁷²⁾, *Escola do Magistério* limita-se, aqui, a uma reprodução pura e simples das fotografias dos três membros do Governo ⁽⁷³⁾. Mesmo a reportagem que é feita da visita que José Veiga Simão efectuou à Escola do Magistério da Guarda, em 27 de Maio de 1971, não é acompanhada das palavras que, em alturas destas, são habituais. Limita-se, unicamente, à apresentação de algumas fotos ⁽⁷⁴⁾.

Procedimento idêntico é o que se verifica com o Director Geral do Ensino Primário, José Gomes Branco ⁽⁷⁵⁾. Porque os tempos já são outros, quererão estas atitudes significar que as palavras mais características da ideologia do regime vão progressivamente perdendo força e acção?

6. A temática Ultramarina

A nosso ver, a presença da temática ultramarina numa revista como *Escola do Magistério Primário da Guarda* explica-se por duas ordens fundamentais de razões. A primeira, porque a guerra no Ultramar era a grande questão com a qual o regime se debatia. Havia, por isso, uma certa necessidade, não em discuti-la, porque não era questionável, mas em justificá-la à luz dos princípios teóricos que norteavam a política do Estado Novo. A segunda advém do facto de Salazar ter sempre visto o Império como a realização suprema do espírito lusitana. A noção de império era indissociável da ideologia dominante. Daí que ela estivesse, directa e indirectamente, presente na formação que era ministrada aos professores primários. A prová-lo, para além de no plano de estudos existir uma disciplina chamada Organização Política e Administrativa da Nação, está o facto de ao longo das muitas páginas da revista existirem uma série de artigos sobre a temática em causa. Num deles, por exemplo. <<Escola e Portugalidade>>, Delfina Fernandes não deixa de referir que “depois de termos bons mestres, almas lavadas e corações são, será fácil a estruturação da Pátria, mantendo-a ao nível dos nossos antepassados, continuando-se a mística dos nossos avós, que se vislumbram já, em terras longínquas e escaldantes do Portugal Africano, em novos Dembos e eternos Herminios” ⁽⁷⁶⁾.

A abordagem que se faz da temática ultramarina passa não só por textos, sejam eles em prosa ou em verso, mas também por outro

(72) - Cfr. *Escola do Magistério...*, Ano I, p. 11 e Ano III, p. 9

(73) - *Escola do Magistério...*, Ano IX, 1971, p. 6

(74) - *Idem*, pp. 14-15

(75) - *Idem*, pp. 26-27

(76) - *Escola do Magistério...*, Ano IV, p. 61

tipo de documentação, nomeadamente desenhos e fotografias, abrangendo diversas perspectivas.

A problemática da guerra revela-se, sobretudo, na evocação da memória que a própria instituição faz de antigos alunos. Em cerimónia realizada na própria Escola, em 20 de Maio de 1965, recordavam-se António Luís Inácio e António do Nascimento Fontão. Em texto que acompanha algumas fotografias dessa cerimónia, numa acção pedagógica que vai no sentido de fortalecer convicções, pode ler-se: "A Escola vestiu-se de luto para lembrar a memória de dois ex-alunos caídos em solo do Ultramar na defesa da Pátria... Descerradas as suas fotografias, ficam connosco para sempre, como quem se orgulha do seu heroísmo e quer ter sempre presente a nobreza do seu exemplo" ⁽⁷⁷⁾.

Mas não só os antigos alunos. Também alguns filhos da cidade. Com uma conotação visivelmente política, até pelas entidades oficiais que assistiram à cerimónia ⁽⁷⁸⁾, está o caso da sessão de homenagem levada a cabo, por iniciativa do Director da Escola, em 1 de Junho de 1963, em memória de José Carlos Godinho Ferreira de Almeida, morto na Guiné, e filho do Dr. João de Almeida, Director Geral do Ensino Superior e de Belas Artes. Reconhecendo a necessidade de todos tomarem consciência do momento histórico em que a Pátria vivia, na alocução então proferida, o Director da Escola disse: "nós queremos que esta Escola ensine os futuros educadores da infância de Portugal a orar pela Pátria e a defendê-la quando o perigo a rondar" ⁽⁷⁹⁾.

O mesmo sentimento de patriotismo ressalta, também, das palavras que, em representação dos alunos, proferiu José Manuel Manso do Inácio. Tomando como exemplo a figura de José Carlos que, segundo as suas palavras, "após a sua formatura, foi convidado para assistente da Universidade do Porto e se lhe pôs o dilema - ou servir a Pátria como professor ou servi-la com a força do seu berço - não hesitou: trocou o capelo pela larda militar", para depois concluir: "somos jovens e queremos colocar a nossa juventude no altar da Pátria para que Portugal, velho de oito séculos, continue a sê-lo aquém e além-mar" ⁽⁸⁰⁾.

(77) - *Escola do Magistério...*, Ano V, 1965, p. 53. Veja-se também *Escola do Magistério...*, Ano IV, p. 80

(78) - Citemos o texto que diz: "A presidir estava o Sr. Governador Civil, Dr. Luis de Almeida, ladeado pelos Srs Dr. João de Almeida, Ilustre Director do Ensino Superior e de Belas Artes e pai extremo do homenageado, Dr. Armando Saraiva de Melo, Director da nossa Escola, Presidente da Camara Municipal, Eng.º Pina Gomes, Prof. Dr. Braga da Cruz, antigo Reitor da Universidade de Coimbra, Dr. Francisco Bigote, Presidente da Junta Distrital e Coronel Arnaldo Nunes Vitória, Comandante Distrital da LP" (*Escola do Magistério...*, Ano III, p. 85). Como amigos da família estiveram também presentes os Professores da Universidade de Coimbra, Doutores Miranda Barbosa e Andrade Gouveia.

(79) - *Idem*, p. 87

(80) - *Idem*, p. 88

Mas a temática da guerra passa, também, por actos de generosidade e filantropia. Era costume, na Escola do Magistério Primário da Guarda, os alunos do 1.º ano oferecerem uma festa aos finalistas. Devido ao rebentamento da guerra em Angola, em 1961, a festa dos alunos do 2.º ano ficou incompleta, porque os dinheiros que haviam de ser gastos num passeio e numa "copiosa merenda" foram oferecidos "para as vítimas de Angola" ⁽⁸¹⁾.

A afirmação da temática ultramarina faz-se, também, através da apologia do Império e da exaltação da acção missionária e civilizadora dos portugueses. Se Maria de Jesus Cruz Teixeira afirma que "a Pátria é una, o ideal é o mesmo, o valor que se mantém erguido é Portugal" ⁽⁸²⁾, já Maria Rosa Cardoso dos Santos, em artigo intitulado <<A vida do nosso Ultramar>>, depois de descrever as belezas naturais, as riquezas e os costumes do povo de Angola, não deixa de enobrecer a acção meritória dos portugueses, ao escrever: "Aquela Angola de Capelo e Ivens, de Silva Porto ou de Roçadas, não é a Angola dos nossos dias. Modernas cidades se erguem, atestando ao mundo o valor colonizador do povo português" ⁽⁸³⁾.

Este sentido civilizacional reforça-se ainda mais, quando, sendo Angola, antes da guerra, uma terra de paz e de prosperidade, "com o terrorismo... têm-se notado diferenças acentuadíssimas" ⁽⁸⁴⁾. Daí a condenação que se faz da guerra, porque veio alterar o equilíbrio existente, mas também de "todos aqueles que vergonhosamente renegaram a sua Pátria e ofereceram os seus préstimos em favor do mal" ⁽⁸⁵⁾. Contudo, este mal não se identifica com princípios de liberdade ou desejo autonómico dos povos, mas antes com o comunismo internacional que é necessário e urgente combater ⁽⁸⁶⁾. Nesta perspectiva, o sentido civilizacional e o fervor patriótico passam, também, por atitudes comportamentais de índole integracionalista. Luísa de Jesus, por exemplo, adverte para a necessidade que há em que todos os portugueses colaborem com o Estado e com a Igreja. Em seu entender, fazê-lo significa estarmos "a realizar e a continuar, como portugueses e cristãos, a nossa gloriosa missão, levar Cristo aos cinco cantos do mundo" ⁽⁸⁷⁾.

Fazendo-se a defesa de que Portugal é uno e indivisível, clama-se pelo espírito de missão, pela presença de Portugal em África, numa clara resposta ao pedido formulado por Salazar quando,

(81) - *Escola do Magistério...* Ano I, p. 48

(82) - *Escola do Magistério...* Ano V, p. 48

(83) - *Escola do Magistério...* Ano I, p. 61

(84) - *Escola do Magistério...* Ano V, p. 50

(85) - *Escola do Magistério...* Ano II, p. 60

(86) - "Que cada uma de nós seja muralha ardente da Fê, para combater o ódio comunista" (*idem*, p. 60).

(87) - *Escola do Magistério...* Ano I, p. 17

relativamente a Angola, disse: "andar rapidamente e em força" (88). Mas na óptica dos professores primários, a ida para África não passava, somente, pelo envio de soldados e marinheiros. Se estes eram importantes, para garantirem a unidade da Pátria, o espírito de missão passava, também, pela partida de outros e mais professores, porque, segundo relata Teixeira Queirós, "muitos nativos manifestaram-me o seu desgosto por serem analfabetos" (89).

Se a legitimação da presença de Portugal em África passava por um direito histórico adquirido, porque o "Portugal de há 500 anos, de homens bravos e honrados, é o Portugal presente" (90), ela passa, igualmente, por um sentimento de nostalgia e de profunda saudade. Recordando a sua terra natal, Maria de Lurdes Mendonça, aluna do 2º. ano, escrevia em verso:

".....
Moçambique - em ti tudo está bem
Saudades tuas, quem as não tem?" (91)

Reconhece-se que o povo português não é um povo como os outros. Diferente de todos, os portugueses afirmaram-se pela superioridade da sua raça e pelo seu projecto multirracial e pluricontinental. Neste sentido, pretende-se criar a imagem e o orgulho de ser português. Quem o diz é Álvaro Dias Laranjo que, em verso, cantou:

".....
Eu sou Português. Sou feliz...
Sou branco, sou ngero,
Europeu, asiático, africano
Que importa? Sou Português..." (92)

7. O corporativismo

Apesar de o corporativismo ser uma das traves-mestras da ideologia salazarista, por estranho que pareça, não é assunto demasiado em evidência ao longo das várias páginas da revista *Escola do Magistério Primário da Guarda*. Não admira que assim seja. Segundo Manuel de Lucena, "o acento tónico da organização

(88) - José Freire Antunes. *A Guerra de África (1961-1974)*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 19

(89) - *Escola do Magistério*... Ano VI, 1966, p. 54

(90) - *Escola do Magistério*... Ano II, p. 60

(91) - *Escola do Magistério*... Ano IV, p. 37

(92) - *Escola do Magistério*... Ano I, p. 13

corporativa portuguesa está na economia”⁽⁹³⁾. Sendo aquela uma revista essencialmente de educação, poderia, no entender dos seus responsáveis, não fazer muito sentido a abordagem de outro tipo de problemas. Além do mais, se, em termos industriais, Portugal era um país relativamente atrasado⁽⁹⁴⁾, teremos, também, que ter em conta que a ideologia dominante apostava, essencialmente, na produção e difusão de uma cultura de cariz fundamentalmente agrário, onde, por motivos óbvios, as relações entre o capital e o trabalho não se punham com a mesma acuidade como no sector industrial ou das pescas.

Embora não existam artigos específicos sobre a temática em epígrafe, isto não significa que ela esteja de todo ausente. De uma maneira muito clara, reconhece-se que a falta de cultura do povo português é um factor de entravamento para a realização de projectos vários. Mas diz-se, também, que uma ingente obra social vem sendo realizada. Daí que J. Lopes Ferrão exalte “a relevante obra de ideias e de acção que vem sendo desenvolvida pelo Ministério das Corporações e Previdência Social em prol do trabalhador”⁽⁹⁵⁾. Numa clara apologia do sistema, evidencia-se assim a obra e a acção do Estado Novo.

A temática corporativista pode também descortinar-se, de um modo indirecto, em textos doutrinários e de didáctica moralizante. Dizemos indirecto, na medida em que estes artigos foram escritos, possivelmente, com outras intenções. É o caso, por exemplo, do artigo <<Luz nas Trevas>>, da autoria do Padre Manuel Cabral, cuja intenção final é fazer a apologia da mensagem do cristianismo e, ao mesmo tempo, regozijar-se pelo aumento do tempo lectivo das aulas de Moral, nas Escolas do Magistério.

Reflectindo sobre o mundo que nos rodeia, Manuel Cabral constata que o mundo está doente, porque afastado de Deus. Em seu entender, são quatro os males de que o mundo enferma: o ódio que é motivado pelos “conflitos de interesses”; o comunismo que o autor, veladamente, identifica com tirania, porque “erguem-se muros de vergonha no centro de cidades e estendem-se cortinas de ferro à volta de nações inteiras”; o culto exagerado da ciência que “só por si, não

(93) - Manuel Lucena. *A evolução do sistema corporativo português. O Salazarismo*, vol. I, Lisboa, Ed. Perspectivas e Realidades, 1976, p. 162

(94) - Sobre este assunto veja-se a síntese inserida no *Dicionário de História do Estado Novo*, direcção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 460-80. Veja-se, também, de José da Silva Lopes, <<A Economia Portuguesa desde 1960>>. *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, organização de António Barreto, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1996, pp. 233 e ss.

(95) - *Escola do Magistério...*, Ano III, p. 26

resolve os problemas do homem” e, finalmente, o conflito de classes, “motivado por uma visão puramente materialista da vida” ⁽⁹⁶⁾.

Repudiando as propostas liberais e socialistas como soluções para os grandes problemas, nomeadamente para a questão social, Manuel Cabral defende que só os princípios cristãos contidos nas encíclicas *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno* e *Mater et Magistra* são capazes de inspirar soluções concretas para os problemas que afligem o mundo. Embora sem referir a palavra corporativismo, louvam-se os esforços que as autoridades portuguesas têm feito nesta matéria. Daí que acrescenta: “Seria feia injustiça não reconhecer que a legislação social portuguesa tem procurado aproximar-se cada vez mais do ideal proposto pelos grandes Pontífices da Igreja” ⁽⁹⁷⁾. A nosso ver, nestas palavras inscreve-se um apoio expresso ao modelo corporativo e, com elas, a marca da ideologia.

Também José Dias Duarte não é menos explícito. Referindo-se aos diferentes sistemas anota que “o capitalismo garante a liberdade, mas traz a injustiça; o comunismo não realiza ordem social mais justa senão destruindo o espírito da liberdade; e o socialismo liberal só verbalmente reconcilia as duas ordens. Aqui, mais uma vez, todo o avanço é recuo” ⁽⁹⁸⁾, para concluir, citando S. João, que, aos olhos de Deus, todos os homens são iguais e, por isso, deviam ajudar-se mutuamente.

O mesmo esquema ideológico passa, também, por outros patamares. Constata-se que todas as profissões são necessárias e que são complementares umas das outras. Dirigindo-se aos alunos finalistas, Saraiva de Melo diz-nos: “Nós ficamos à espera dos que não de vir; vós partis ao encontro dos que esperam por vós. Cada um no seu posto...” ⁽⁹⁹⁾.

Reconhece-se que a sociedade portuguesa é uma sociedade onde a pessoa, os valores e as hierarquias são respeitadas. Daí que não se detectem conflitos entre classes. Reconhece-se, isso sim, que deve haver uma colaboração estreita entre as diversas partes da sociedade. Dirigindo-se aos professores que tinham terminado o seu curso, Maria de Lourdes Gonçalves Leitão não deixa de colocar a seguinte questão: “Será que, com o nosso curso, nos julgamos superiores a tudo e a todos?” para, logo de seguida, responder: “Neste mundo, formamos uma pequeníssima parte de um todo, do qual dependemos e para cuja unidade deve sempre tender a nossa acção... Dependentes da hierarquia, existimos em função da criança que de nós espera

(96) - *Escola do Magistério ... Ano II*, pp. 12-13

(97) - *Idem*, p. 13

(98) - *Escola do Magistério ... Ano III*, p. 82

(99) - *Escola do Magistério... Ano II*, p. 9

auxílio" ⁽¹⁰⁰⁾. É a defesa do princípio da unidade e o reconhecimento da sociedade organicista.

Fazendo uso da teoria da solidariedade, também o director da Escola, em palavras dirigidas aos finalistas, adverte: "E não esqueças que, sendo tão grande a tua missão, não a poderás levar a cabo sem uma colaboração harmoniosa com os pais dos teus alunos, com os párocos das tuas freguesias e com as autoridades sociais e políticas dos teus pequenos cidadãos" ⁽¹⁰¹⁾.

A marca ideológica do corporativismo é igualmente visível em textos de natureza moralizante e didáctica. Se é certo que este tipo de textos se dirigem aos professores primários, também não é menos verdade que, segundo a ideologia do regime, a sua doutrina e as suas normas se podem estender e aplicar a qualquer outra classe. A estratégia de Salazar a este respeito era clara, ao afirmar: "A posse da infância e da juventude, a educação no sentido nacionalista, a formação da mentalidade geral, os exercícios, os jogos, os desportos, os cuidados de revigoração físico e moral da raça, a organização da vida corrente, a produção, o comércio, até a arte - tudo se pretende que obedeça a uma direcção única, a um único espírito" ⁽¹⁰²⁾.

Caracterizando-se os textos referidos por um forte sentido de dirigismo, a moralização neles contida passa, fundamentalmente, pela observação e pela exaltação de alguns aspectos por que se deve pautar a vida. Para além do culto da obediência para com os superiores ⁽¹⁰³⁾, de uma certa austeridade de vida, porque as pessoas se devem contentar com "um viver parco" ⁽¹⁰⁴⁾ e de um certo cuidado com exageros e imprudências na escolha de confidentes ⁽¹⁰⁵⁾, mas sobretudo por uma cultura de vida que, rejeitando o facilitismo, coloque a vontade ao serviço de nobres ideais. É precisamente este o sentido do artigo <<Sem esforço não há grandeza>> de Manuel Cabral ⁽¹⁰⁶⁾, corroborando assim o pensamento de Salazar, quando disse: "Mas quem alguma vez venceu sem que lutasse"? ⁽¹⁰⁷⁾. Daí a apologia que se

(100) - *Escola do Magistério...* Ano III, p. 14. Uma sociedade bem constituída é aquela "em que todos os elementos hão-de formar um todo homogéneo, embora diferenciados entre si." [*Escola do Magistério...* Ano V, pp. 10-11]

(101) - *Escola do Magistério...* Ano I, p. 12. Porque o homem vive em sociedade, reconhece-se a necessidade que aquele tem de colaborar e ser solidário com todos os outros homens. Neste sentido e porque o corporativismo português foi apoiado e influenciado pela doutrina social da Igreja Católica, citam-se palavras, segundo cremos, de Paulo VI, aquando da sua visita ao Santuário de Fátima: "Homens, procura ver o vosso prestígio e o vosso interesse não como contrários ao prestígio e ao interesse dos outros, mas como solidários com eles" [Apud *Escola do Magistério...* Ano VIII, p. 22].

(102) - *Discursos*, vol. I, p. 287

(103) - Vide nota 100

(104) - *Escola do Magistério...* Ano I, p. 12

(105) - *Escola do Magistério...* Ano III, p. 14

(106) - *Escola do Magistério...* Ano V, pp. 16-17

(107) - *Discursos*, vol. I, p. 65

faz do valor do trabalho que é entendido, não tanto como um meio de adquirir riqueza, mas sobretudo como uma fonte de dignidade ⁽¹⁰⁸⁾.

Mas a moralização passa, também, por normas diversas que devem ser observadas, para um bom desempenho da missão de cada um. Neste sentido e relativamente aos professores primários são muitos e variados os conselhos que professores mais velhos dão aos colegas mais novos. Citemos alguns: "Pontualidade (chegar antes da hora e não à hora"; "Disciplina... (sem ordem não pode haver bons resultados"; "Que a tua vida não seja uma vida estéril" e "sê boa colega, tratando com os colegas honesta e lealmente" ⁽¹⁰⁹⁾.

8. Ruralismo

Outro dos aspectos da ideologia salazarista mais em evidência nas páginas da revista é a valorização que nela se procura fazer de uma cultura de cariz ruralista. Esta valorização afirma-se não só em textos de índole diversa, mas também numa certa documentação fotográfica que os acompanha: casas típicas da Beira-Alta, rebanhos de ovelhas, caminhos que conduzem a uma qualquer aldeia distante, montes e vales e lavradores com juntas de bois no amanho da terra, etc.

A valorização do ruralismo passa, em primeiro lugar, por uma exaltação da aldeia e da vida que nela se desenrola. Vista como um local onde as vaidades do mundo não encontram abrigo, como comunidades de gente simples e de vida tranquila, nela habitam sentimentos profundos de religiosidade, entreaajuda, abnegação, patriotismo, pureza e humildade, mas também ideias refractárias a transformações e desejos aventureiristas. Daí que um professor primário, José Gil Duarte, que passou alguns anos a leccionar na aldeia, escrevendo sobre o papel que o professor pode desempenhar no meio rural, nos diga, referindo-se às gentes: "são pessoas com quem dá gosto contactar... (mas) também são capazes de se revoltar contra quem quer que seja, desde que a conduta desse alguém vá, abruptamente, de encontro aos seus arraigados princípios" ⁽¹¹⁰⁾.

Mas a exaltação de uma cultura rural traduz-se, também, na visão pouco simpática e nada optimista que se transmite da cidade e do tipo de vida que nela se desenvolve. A cidade, ao contrário da aldeia, é encarada como um centro de vícios, de podridão e um charco de paixões. Num intuito claro de ajudar a convencer, um autor anónimo, em artigo intitulado <<Rumo da Juventude... ou Juventude

(108) - "O trabalho faz parte da vida do homem, que é uma fonte de dignidade humana e não apenas um meio de adquirir dinheiro" (*Escola do Magistério...* Ano IV, p. 12).

(109) - *Escola do Magistério...* Ano IX, 1971, pp 82-83

(110) - *Escola do Magistério...* Ano IV, p. 17

sem Rumor...>>, identifica o ideal de vida com libertação, para constatar que uma grande parte da juventude portuguesa anda arredada dos verdadeiros valores, porque “não respeitam os seus superiores, não reconhecem os seus deveres, não consentem um aviso, vivem ao sabor dos seus instintos..., não lhes interessa o sofrimento que causam ao seu próximo, porque vivem só para o seu prazer sádico”⁽¹¹¹⁾. Interrogando-se, depois, sobre quem é esta juventude, a resposta vem de imediato: “Eis muitos jovens dos nossos grandes centros, eis alguns dos jovens que vão aparecendo nas nossas cidades e vilas”⁽¹¹²⁾. Questionando-se sobre as causas destes males, não hesita em apontar, entre outros, algum cinema, a quem chama “autêntica escola do crime”⁽¹¹³⁾, os maus livros, certos programas que passam na televisão, numa palavra, os “ambientes em que cresceram e que não criaram, do mau exemplo que receberam e não esqueceram”⁽¹¹⁴⁾. Em contraste nítido com esta juventude, louvam-se aqueles que vivem “longe da vida fácil dos sentidos, da lama dos vícios, dos charcos das paixões”⁽¹¹⁵⁾.

Mas a apologia do ruralismo evidencia-se, também, num certo conceito de felicidade. Identificando esta como um estado de alma que é provocado, em parte, por estímulos externos, entende-se que o homem poderá ser mais ou menos feliz, conforme souber captar e viver a beleza que emana do mundo e do ambiente que o rodeia. Nesta perspectiva, Saraiva de Melo, no artigo <<O mundo que Deus nos deu>>, não deixa de elogiar a beleza campestre que há “nas flores, nas plantas, nas árvores frondosas ou esguias, de braços vestidos ou nus..., nos montes e vales, na luz e na sombra, nos rios e regatos que escorrem do alto e se espriam na planície..., no traço da ave que sulca os céus, no chilrear dos passarinhos”, para concluir que “a vida assim vivida há-de ser bela”⁽¹¹⁶⁾.

A valorização do ruralismo passa ainda por uma certa pedagogia. São as aulas de Ciências-Naturais ou de Geografia, por exemplo, que os professores estagiários, acompanhados pelos seus orientadores, dão às crianças no campo, num contacto directo com a Natureza, chamando-lhes a atenção para a riqueza que o mundo campestre encerra em si. São “o homem que trabalha e revolve o campo e o faz germinar, a abelha que passa carregada de néctar, a formiga a caminhar do celeiro, a ave a piar de gorjeio encantado, o cabriolar dos borreguitos, a frescura do vento e o consolo dos raios

(111) - *Escola do Magistério* ... Ano II, p. 14

(112) - *Idem*, p. 15

(113) - *Idem*, p. 16

(114) - *Idem*, p. 15

(115) - *Idem*, p. 14

(116) - *Escola do Magistério* ... Ano I, p. 71

solares" ⁽¹¹⁷⁾, cenários que, depois, os próprios alunos procuram reproduzir em desenhos da sua lavra ⁽¹¹⁸⁾.

Actos de pedagogia que não se ficam só por meras lições. Os próprios alunos da Escola do Magistério fazem representações teatrais, onde a mãe Natureza é tema central. É o caso, por exemplo, de << As quatro estações >> ⁽¹¹⁹⁾.

Outras vezes, o ruralismo afirma-se no imaginário de um conto que se escreve. Em <<Uma noite na Beira >>, Carlos de Sousa dá-nos conta do viver simples e pobre de uma família, numa aldeia, numa noite de Inverno, muito chuvosa. A atestar certas disposições e tendências simbólico-ideológicas do viver campesino estão não só a ética do trabalho, a apreciação resignada que se faz do tempo, mas também um forte sentido de religiosidade que levam a Ti Ana e a Beatriz, à semelhança de outros habitantes da aldeia, a irem à Igreja, para assistirem à récita do terço ⁽¹²⁰⁾.

A defesa que se faz da cultura rural pode ver-se ainda no culto do folclore. Reconhecendo-se ser o folclore e a sua música uma espécie de alma do povo, aconselham-se as "classes cultas... a amá-la e a distingui-la, dando-lhe o justo valor" ⁽¹²¹⁾, porque sendo "um género que não foi importado... é, portanto, genuinamente nacional" ⁽¹²²⁾.

Numa intenção óbvia de divulgação, citam-se exemplos vários de cantigas populares beirãs que foram recolhidas. Relembrando as belezas naturais que envolvem a vila de Celorico, diz-nos uma das cantigas:

"Ó que lindos arredores
Tem Celorico da Beira
Melhores os tem minha terra
Que é o lugar da Maceira!" ⁽¹²³⁾

Outras vezes, em horas de aflição, o povo faz uma afirmação de religiosidade, invocando a protecção dos santos:

"Senhora Santa Luzia
Mandai água que não chove;
Secam as searas todas
Fica a gente toda pobre!..." ⁽¹²⁴⁾

(117) - *Idem*, p. 40

(118) - *Clr. Escola do Magistério...*, Ano IX, pp. 58-67, nomeadamente as Figuras, 3, 4, 8, 9, 10, 11 e 17.

(119) - *Clr. Escola do Magistério...*, Ano VI, pp. 24-25

(120) - *Clr. Escola do Magistério...*, Ano VII, pp. 52-54

(121) - *Escola do Magistério...*, Ano IV, p. 73

(122) - *Idem*, p. 75

(123) - *Idem*, p. 74

(124) - *Idem*

9. Deus, Pátria e Família

Em discurso proferido em 26 de Maio de 1936, em Braga, nas comemorações do 10º aniversário do movimento do 28 de Maio, Salazar dizia: "Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever" ⁽¹²⁵⁾.

Estas palavras de Salazar são claras quanto aos valores que se pretendiam inculcar na sociedade portuguesa. Daí a trilogia da educação nacional: Deus, Pátria e Família.

Como revista de educação que é, *Escola do Magistério Primário da Guarda* não podia ficar indiferente a esta problemática. Entre outros, é José Manuel Manso do Inácio, aluno do 1º. ano, quem o afirma, ao escrever: "Educar o Portugal de amanhã vai ser o nosso lema; para isso nos encontramos na Escola do Magistério a ser educados segundo os perenes valores do ideal educativo cristão, tradicional, português-Deus, Pátria e Família" ⁽¹²⁶⁾.

O cargo da família e da escola, aqui se defende uma educação de tipo nacionalista e católica que tinha como objectivos últimos não só formar consciências, mas também fecundar almas. Em artigo intitulado <<Educadores obreiros dum mundo melhor>>, M. L. Capelo é peremptória ao afirmar que a missão do educador é dar "um cidadão para a Pátria; um Santo para oferecer a Deus" ⁽¹²⁷⁾.

Não menos explícito é o pensamento de Manuel Lourenço quando, tomando como exemplo o Infante D. Henrique, nos diz: "No Infante encontramos sublimadas todas as virtudes familiares - amor à família, obediência, religião cristã e patriotismo" ⁽¹²⁸⁾.

Privilegiando a educação sobre a instrução, a escola deixa de ser encarada, essencialmente, como o local de aprendizagem de conhecimentos para a vida, para passar a ser entendida como um forte instrumento de doutrinação. Provas disso são não só a existência, nas salas de aula, do crucifixo e dos retratos dos governantes, mas também, no plano de estudos dos professores do

(125) - *Discursos e notas políticas*, vol. II, 1935-1937, 2ª. edição, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1946, p. 130

(126) - *Escola do Magistério...*, Ano II, p. 78. Ana Fernanda Saraiva não é menos explícita ao escrever: "Salvamos também nós, que nos propomos educar, dar às crianças que nos são confiadas uma educação completa, orientada pelos valores essenciais da mesma - DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA" (*idem*, p. 25).

(127) - *Escola do Magistério...*, Ano VII, p. 16

(128) - *Escola do Magistério...*, Ano I, p. 64

ensino primário, de disciplinas como Educação Moral e Cívica e Organização Política e Administrativa da Nação.

A comprovar e a reforçar ainda o sentido de doutrinação está também o reconhecimento que se faz de que as massas estudantis começavam a despertar para o debate de questões políticas e sociais. Porque as discussões destas temáticas eram indesejáveis, em virtude de irem colidir com objectivos traçados, Armando Saraiva de Melo não hesita em chamar a atenção dos governantes, para “a necessidade insofismável de [a Escola] seleccionar escrupulosamente os seus agentes” ⁽¹²⁹⁾.

Diga-se, desde já, que para a consecução dos valores defendidos pelo salazarismo não foi estranha uma certa influência da igreja e do catolicismo. Mas que igreja e que catolicismo? Recusando uma igreja vanguardista e um catolicismo social ⁽¹³⁰⁾, Salazar preferiu apoiar-se numa religião católica do tipo tradicional ⁽¹³¹⁾. Apesar de uma ou outra dissidência, foi esta e não outra quem mais apoiou as teses do Presidente do Conselho. Fê-lo não só num apoio directo à sua pessoa ⁽¹³²⁾, mas também através dos ensinamentos que fez de certas virtudes morais, as quais muito contribuíram para a formação do tipo de cidadão que o poder desejava. É que, muito dos valores defendidos pelo salazarismo-autoridade, obediência, resignação, trabalho, caridade, respeito pela hierarquia e família - coincidiam com essas mesmas virtudes que a igreja, desde há muito tempo, vinha ensinando ⁽¹³³⁾. A constatação desta realidade é evidente, sobretudo, nos livros de leitura da 2.^a e 3.^a classes que dispunham, na sua parte final, de uma secção própria intitulada <<Doutrina Cristã>> ⁽¹³⁴⁾. Bastará percorrer um ou outro dos textos vertidos em *Escola do Magistério* para se verificar da influência que o pensamento católico

(129) - *Escola do Magistério* . . . Ano II, p. 7

(130) - Veja-se por exemplo, Jose Barreto, <<Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar>>, *Análise Social* cit., pp. 295-317

(131) - Dai que Braga da Cruz nos diga que “o Salazarismo viria afinal a transformar-se numa democracia cristã pervertida e invertida, porque <<integralizada>> e <<fascizada>>” (Manuel Braga da Cruz, <<O Integralismo lusitano nas origens do Salazarismo>>, *Análise Social*, terceira série, vol. XVIII, 1982 1.^o, p. 82).

(132) - O cardeal Cerejeira não deixava de enaltecer a figura de Salazar, dizendo que era por vontade de Deus que Salazar governava Portugal. Obedececer-lhe “nao passava de obedecer a Deus” (Maria Filomena Monica, *ob. cit.*, p. 288). Em documento dirigido ao clero português, pedindo apoio para Salazar, o Cardeal Cerejeira escrevia: “Para levar a bom termo empreendimento de tamanha magnitude para resolver tão grave problema (referia-se a questão financeira), temos, Deus louvado, o *homem necessário*, competência incontestada e de tão superior integridade moral que o tornam credor da estima e admiração publica e o impoem a confiança da nação” (Apud Armando d’Aguilar, *ob. cit.* pp. 137-38)

(133) - Remetemos o leitor para o que escrevemos sobre o corporativismo.

(134) - Vejam-se, por exemplo, *O Livro da Segunda Classe*, 6.^a edição, Porto, Porto Editora Lt^a, 1958, pp. 69-92 e *O Livro da Terceira Classe*, 2.^a edição, V N de Gaia, Editorial Livraria dos Carvalhos, 1954, pp. 185-213.

exerceu na divulgação de uma certa ideologia e, conseqüentemente, na formação de professores. Em artigo intitulado <<O Ideal do Educador Cristão>>, Manuel Cabral, professor que tinha a seu cargo, na Escola do Magistério Primário da Guarda, a regência da disciplina de Educação Moral e Cívica, não deixa de reconhecer como é importante e difícil a missão do professor. Questionando-se sobre qual o verdadeiro sentido do ideal educativo, este professor entende que educar não consiste, unicamente, num aperfeiçoamento das capacidades intelectuais dos alunos. Em sua opinião, educar bem é seguir os verdadeiros designios de Deus, cumprindo os seus mandamentos, porque "o homem foi introduzido na cena da vida pela mão de Deus para construir no tempo a eternidade..."⁽¹³⁵⁾. Daí que "só ele [Deus] constitui o verdadeiro ideal"⁽¹³⁶⁾. Por isso, todos os professores responsáveis se deviam esforçar por tornar-se "colaboradores de Deus"⁽¹³⁷⁾.

Mas a influência do pensamento católico vai mais longe e passa, inclusivamente, por actos concretos de vida. É o caso, por exemplo, da consagração dos alunos finalistas e das crianças das escolas primárias à Virgem de Fátima⁽¹³⁸⁾. Nestes actos há uma certa mistura de catolicismo e de nacionalismo, na medida em que a Virgem Maria, ao aparecer em Fátima, afirmou-se como a padroeira e a salvadora de Portugal. Por isso, Eva Bento dos Santos e as suas crianças, na consagração que lhe fizeram, não se esqueceram de lhe pedir que Portugal e o mundo "precisavam de homens que acreditassem em Cristo e na Sua doutrina"⁽¹³⁹⁾.

O mesmo sentimento de devoção e de amor à Pátria, nas cerimónias religiosas que se celebravam, nas Escolas Anexas, durante o mês de Maio. Eis, a este propósito, o testemunho de Maria de Lurdes Reis Ferreira, aluna da 4^a. classe, no ano de 1968: "De manhã, antes de começarem as aulas, vamos junto do altar [improvisado na Escola] e rezamos pela paz no mundo, pela conversão da Rússia, pelas intenções do Santo Padre, por todas as criancinhas e seus pais, pelos doentes, pelos soldados que dão a vida pela Pátria..."⁽¹⁴⁰⁾.

Reconhece-se, igualmente, que a ideia da Pátria se funde com um espiritualismo cristão, com a Divina Providência que é protectora dos designios dos portugueses. Reflectindo sobre a importância que a formação espiritual deve ter na escola portuguesa, Leonilde Capelo, servindo-se de exemplos da história, não deixa de anotar "que foi sempre o Espírito que fez singrar o português de sempre" e que "foi

(135) - *Escola do Magistério...* Ano I, p. 15

(136) - *Idem*, p. 15

(137) - *Idem*, p. 16

(138) - Cf. *Escola do Magistério...* Ano IV, p. 20 e Ano I, p. 44

(139) - *Escola do Magistério...* Ano I, p. 44

(140) - *Escola do Magistério...* Ano VIII, p. 41

Cristo que sempre iluminou a senda..." (141). Foi graças ao espírito religioso que se construíram, no princípio da nacionalidade, escolas cristãs e, depois, o Estudo Geral. Foi também o espírito religioso que impulsionou D. João I e os seus filhos a sacrificarem-se, a amarem e a lutarem pela Pátria. Foi ainda a acção do espírito que encheu "de coragem os descobridores que levaram numa mão a espada e noutra a cruz e no coração o mais belo amor da Pátria" (142), para depois concluir dizendo: "Façamos brilhar bem alto o espírito cristão, sem o qual a Pátria Portuguesa não poderá viver" (143).

Para além da escola, este amor a Deus e à Pátria era difundido e alimentado no seio da família. A concepção que *Escola do Magistério* nos transmite de família é que era um todo harmónico, "uma unidade irredutível", nas palavras de Manuel Serra Marques (144). O lar doméstico não é um local de conflitos, mas de felicidade e bem-estar, onde o marido, "no final do trabalho diário, restaurará as suas forças físicas e morais, no repouso, no carinho e na alegria íntima" (145). Esta felicidade dependia não só de uma diferenciação dos sexos, mas também de uma distribuição de tarefas. Enquanto ao pai, geralmente um camponês, cabia o amanho da terra, a mãe devia tratar dos trabalhos domésticos e da educação dos filhos, "enraizando nos seus rebentos as bases sólidas do amor a Deus, à Pátria, à Família, Autoridade e Trabalho" (146).

10. A mitificação da história

Se há disciplinas que permitem uma divulgação fácil de ideologia, a história é uma delas, na medida em que ela própria é também ideologia. Esta realidade torna-se mais clara quando entramos no domínio da "história-pedagogia", porque mais directamente ligada a objectivos formativos (147).

A constatação do que acabamos de dizer é sobejamente evidente em *Escola do Magistério Primário da Guarda*. A visão da história de Portugal que aqui nos é transmitida é uma visão parcelar e, portanto, reductionista. A Idade Média é apresentada como sendo a época por excelência, logo seguida pela gesta dos descobrimentos. É aqui que se encontram os grandes e verdadeiros heróis e os altos valores que fizeram de Portugal não só uma nação cobiçada e temida, mas

(141) - *Escola do Magistério...* Ano I, p. 18

(142) - *Idem*, p. 18

(143) - *Idem*

(144) - *Escola do Magistério* ... Ano II, p. 28

(145) - *Idem*, p. 57

(146) - *Escola do Magistério* ... Ano I, p. 26

(147) - Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 198

também uma terra de “heróis, de santos e de mártires”. É isto que nos diz Isabel Marcos Laginhas, quando escreve: “poucas nações podem orgulhar-se dum Egas, dum Fuas, daquele ilustre Gama, do Albuquerque, o terrível, de Castro, o forte, e de tantos outros sobre quem poder não teve a morte” ⁽¹⁴⁸⁾. Embora Raul Neves Dente, aluno do 2º. ano, nos declare que a nossa história é “a mais bela do Mundo” ⁽¹⁴⁹⁾, reconhece-se, também, que houve tempos de crises, porque nem sempre os homens tiveram em conta os valores do passado, nomeadamente a religião católica, à sombra da qual Portugal nasceu, cresceu e se impôs ao mundo. As épocas de crise identificam-se com o advento do liberalismo e depois com a República. É ainda Isabel Laginhas quem, a este propósito, nos diz: “Se os revolucionários de 1820 e os continuadores da sua ideologia houvessem meditado..., Portugal não teria mergulhado na crise em que por largo tempo se debateu” ⁽¹⁵⁰⁾. Finalmente, em 1926, graças à Revolução Nacional, houve um “reatar da tradição” ⁽¹⁵¹⁾ e, com ela, a destituição dos erros e a reposição dos verdadeiros valores nacionais. Estes valores identifica-os Raul Dente com as conquistas do movimento do 28 de Maio, ou sejam, “a necessidade social dum Governo forte; a beleza moral do lema que manda sacrificar o interesse dum ao bem de todos: tolerância, desculpa e amizade com os outros povos; repúdio pelo traidor e pelas épocas de valor negativo que algumas vezes se fizeram sentir nos destinos da Pátria” ⁽¹⁵²⁾.

Tratando-se, essencialmente, de uma “história pedagogia”, advoga-se que o ensino da história deve incidir, sobretudo, naqueles factos que mais e melhor possam despertar o interesse, a admiração e o entusiasmo dos alunos. Para isso deve o professor socorrer-se, nas suas lições, de exemplos de grandes figuras como o Infante D. Henrique, Nuno Álvares Pereira e de todos os “heróis, santos, condutores da Nação... que em todas as posições contribuíram para o prestígio e engrandecimento da Pátria, a começar pelo de hoje [Salazar]” ⁽¹⁵³⁾. Com este tipo de história procurava reforçar-se o espírito nacionalista mitificado em grandes figuras e de que Salazar era, ao tempo, um exemplo vivo que importava conhecer e seguir.

Em contrapartida, devia evitar-se criar nos alunos impressões tristes e maus exemplos. Daí que “os factos mórbidos ou sem valor formativo, como amores de D. Pedro e Dª. Inês, a paixão de D. Fernando, as carnificinas em si próprias, merecem cuidados especiais, não devendo o professor empenhar-se neles, tal como os

(148) - *Escola do Magistério...* Ano VII, p. 42

(149) - *Escola do Magistério...* Ano III, p. 28

(150) - *Escola do Magistério...* Ano VII, p. 42

(151) - *Idem*, p. 42

(152) - *Escola do Magistério...* Ano III, p. 28

(153) - *Escola do Magistério...* Ano VII, p. 34

períodos de abatimento nacional, de que devem apenas apontar-se as causas e a maneira como os portugueses de boa-vontade conseguiram debelar tais crises" ⁽¹⁵⁴⁾. Por isso, propositadamente, não nos aparecem grandes alusões ao liberalismo e, quanto aos republicanos, apenas os referem uma vez, numa atitude depreciativa e crítica, chamando-lhes "os apologistas do ensino laico" ⁽¹⁵⁵⁾.

Apostando numa história reducionista, mitificada de grandes feitos e de heróis ilustres e defendendo uma concepção de história pragmática, de <<mestra da vida>> ⁽¹⁵⁶⁾, o regime reforçava-se ideologicamente. Diga-se ainda que, ao nível da instituição, este reforço ideológico era completado pela acção desenvolvida, semanalmente, pela Academia António Sardinha, associação cultural criada em 1950 ⁽¹⁵⁷⁾.

11. As omissões - outra forma de apoio ideológico

Não se pense que a correlação entre escola e ideologia se circunscreve ao que ficou dito. É interessante anotar que temas como emigração ⁽¹⁵⁸⁾, desenvolvimento económico, industrialização, turismo, adesão de Portugal à Associação Europeia de Comércio Livre - assuntos novos na década de 60 - analfabetismo e outros não encontram acolhimento nas páginas da revista. Se estas e outras omissões podem ser explicadas com o argumento de que se trata de uma revista eminentemente escolar e, como tal, deverá tratar somente de questões desta natureza (posição discutível e com a qual não concordamos), o que é verdade é que o silêncio poderá, no plano ideológico, também ter outra leitura. Neste sentido, a omissão poderá apresentar-se como uma forma de caracterização e, por isso, como

(154) - *Idem*, p. 43

(155) - *Idem*, p. 43

(156) - *Escola do Magistério...* Ano III, p. 28

(157) - Ao longo dos nove números da revista, as referências a Academia António Sardinha são muito escassas. Apenas Celio Rolinho Sardinha (nome correcto - Célio Rolinho Pires) em artigo intitulado <<A Figura de António Sardinha>>, nos refere que "desde há muito que vigora nesta Escola uma Academia sob o título <<Academia António Sardinha>>", para depois fazer algumas considerações ao pensamento e obra de António Sardinha (*Escola do Magistério Primário da Guarda*, Ano II, p. 65). Também no nº III, p. 85, temos a informação de que, em 1963, era presidente desta Academia o aluno do 2º ano, José Manuel Manso do Inácio. Estas breves referências despertaram em nós o apetite para um estudo sobre esta Academia. Temos já em nossa posse as actas desta associação cultural. Contamos, dentro de pouco tempo, publicar um artigo sobre este assunto, razão pela qual nos limitamos, por agora, a esta breve anotação.

(158) - Embora num contexto diferente, existe apenas um artigo relativo à emigração. É sua autora Maria Augusta Estrela Saraiva, professora das escolas anexas, que chama a atenção para o cuidado especial que os professores devem dispensar às crianças filhas de emigrantes que frequentam as escolas portuguesas. [Cfr. *Escola do Magistério...* Ano IX, p. 79]

reprodução de ideologia. E entende-se que assim seja, na medida em que, no contexto educativo do Estado Novo, não havia muito lugar para que professores e alunos questionassem as coisas. Havia que aceitá-las e não discuti-las. Daí que Filomena Mónica, ao caracterizar os professores primários, no período do Estado Novo, nos diga que o que prevaleceu foi “a apatia política e a indiferença geral pelos debates ideológicos”⁽¹⁵⁹⁾. Com este e outros posicionamentos dava-se assim cumprimento à máxima de Salazar, quando, em 1936, afirmava: “não discutimos a autoridade e o seu prestígio”⁽¹⁶⁰⁾

(159) - *Ob. cit.*, p. 206

(160) - *Discursos cit.*, vol. II, p. 130